

**VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM) – Comunicação de Líder:**

Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, Vice-Presidente desta Câmara; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. Primeiramente, Presidente, permita-me, em nome da nossa bancada, a bancada dos Democratas, saudar o nosso Luiz Afonso, pois não é qualquer um que fica 40 anos no emprego, e, principalmente, 40 anos atuando nas divergências partidárias e atuando plenamente na retidão da coisa pública. Parabéns!

Quero voltar a falar, hoje, aqui, porque tenho andado pela Cidade e justamente me preocupado com a região sul e também com muitos terrenos do Município que ainda existem e que não foram utilizados nos programas habitacionais, que lá se iniciaram no ano de 2008 e estamos em 2019. Quero lembrar que o Município, na Av. Bento Gonçalves, próximo ao Carrefour, possui uma área que foi permutada com a Condor, que, na época, eram 30 hectares. Nós temos, ainda, ali 15 hectares para serem construídos. São mais de 800 unidades habitacionais em local nobre da Cidade e numa região onde poucas habitações foram construídas. Então, seria importante a agilização desse projeto habitacional para fazermos com que as famílias que residem na região leste ali possam ter sua habitação. E deve-se aproveitar que vai ser agora agilizado, reestruturado o Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa notícia vem de Brasília. Em Brasília surgem as notícias, demora um pouquinho, mas elas se efetivam.

Também quero lembrar que, lá no Passo das Pedras, na Rua Sotero dos Reis, temos, desde 2005 – tem uma senhora que cuida daquela área – um projeto habitacional, que era para moradores de rua da Vila Floresta. Ali são 300 unidades habitacionais. Então, ali temos um terreno, há 14 anos, do Município, que não tem o projeto habitacional, mas que há necessidade, sim, de que seja aproveitado, nessa nova oportunidade, e que se faça com que saia do papel e que haja a construção das habitações naquela região da Cidade. Quero lembrar que, para que haja agilidade na aprovação de projetos e um melhor aproveitamento das áreas desta Cidade, deve ser alterada a Lei Complementar nº 636, de 2010, a qual eu tive a satisfação de sancioná-la, como Prefeito em exercício. Essa Lei da Minha Casa, Minha Vida discute as demandas habitacionais prioritárias, as demandas da Minha Casa, Minha Vida, de faixa 1, 1,5 e 3, e também dos projetos habitacionais da cooperativas. Naquela Lei, na época, havia necessidade – nós tínhamos as habitações de zero a três – de se fazer uma doação para o Município, quando se queriam fazer

habitações de 20% de área. Assim, na Zona Sul, têm as doações, existem áreas, existem locais que foram ocupados, porque o Município não utilizou esse espaço de 20% da área. Eu entendo que tem de se alterar o Plano Diretor, especificamente, nessa legislação, porque não adianta deixarmos reservado 20% para que o Município construa habitações ou espaços comunitários dentro desses loteamentos. O Município não tem condições financeiras de construir, o imóvel fica abandonado e ocorrem as ocupações que temos em Porto Alegre. A minha proposta, e tenho trabalhado com pessoas dentro do Plano Diretor, para que possam trazer uma proposta... E queremos, sim, apresentar ao Sr. Prefeito Municipal, nesse primeiro semestre, uma proposta concreta de alteração da Lei Complementar nº 636. Nós entendemos que, dos 20%, haja uma flexibilidade: que 15% fique destinado às construtores, que dêem, em contrapartida para o Município, infraestrutura, ou seja, na construção de vias. As vias de acesso aos loteamentos precisam ser utilizadas com fluxo melhor para os veículos. Hoje estamos vendo, na Av. Edgar Pires de Castro, que, no passado, tinha um construtor que queria dar alargamento para uma avenida gratuitamente para o Município, e não foi aceito. Hoje seria muito importante que viessem esses loteadores e se oferecessem então 15% no alargamento e na duplicação da Av. Edgar Pires de Castro, não só até a Av. João Antônio de Oliveira Remião, mas sim, até o Lami, porque entendemos, sim, que aquela parte do Lageado está ruim. Quem anda na Zona Sul vê as condições precárias daquelas avenidas, da Av. Edgar Pires de Castro, principalmente quando chove, as pessoas que ficam nas paradas não têm condições de embarcar nos ônibus, porque ali não existe o recuo, no acostamento da avenida há buracos, alagamentos, os ônibus não conseguem chegar nas suas paradas. Já que o Poder Público não tem condições, e com razão, porque é um custo muito alto fazer essas obras viárias, vamos fazer parcerias. Hoje o prefeito é adepto às parcerias público-privadas, mas é uma parceria diferente, é uma parceria que está na lei, onde esta doação que está sendo feita para espaços comunitários, praças que não estão sendo utilizadas... Temos praças em Porto Alegre que sequer uma pessoa as usou, porque está ocupada ou abandonada, porque é um espaço que faz com que as pessoas que não tem residência ocupem, é um terreno abandonado, não é mais uma praça pública. Por isso também apresentei uma emenda nesta outorga para uso das praças públicas e exploração das melhores praças de Porto Alegre, que quem ganhe a Praça da Encol seja obrigado, em contrapartida, a adotar uma praça na Restinga ou outro bairro de Porto Alegre, para fazer com que haja melhoria nessas praças. Mas o melhor de tudo é

fazemos com que haja alteração legal, reutilizarmos do potencial dos nossos parceiros construtores. Não podemos mais tratar nossos empreendedores como inimigos. Digo isso também porque me preocupo muito, Ver. Carús, Ver. Bosco, com a aprovação de loteamentos. Hoje Porto Alegre ainda demora de cinco a sete anos para aprovar um loteamento. Isso não é admissível. Já foi criado um escritório de aprovação de projetos, a Caadhap, tivemos diversos nomes nessa central de aprovação de projetos, mas se formos ali na nossa Curitiba, que é bem pertinho daqui, 800 quilômetros, onde estive quando propus o projeto de toda a DM eletrônica ser aplicada em Porto Alegre, em Curitiba já existia, como aqui em Campo Bom existia; São Paulo foi um dos pioneiros também. E ali, pela DM eletrônica, seria possível conhecer a nossa cidade de Porto Alegre. Vamos lá ver como funciona uma central de aprovação de projetos, onde todas as secretarias principais que são obrigadas a participar dos projetos sentam à mesa de reunião e têm 30 dias para apresentar o projeto, para que seja adequado às normas do Município. Nós temos o problema dos PPCIs, que têm que ter a aprovação e a responsabilidade do engenheiro, quando são unidades habitacionais. A minha proposta é que, sim, quando houver habitações multifamiliares em prédios, mesmo esses do Minha Casa, Minha Vida, de até cinco andares, sim, aí haja a interferência do Corpo de Bombeiros para que ele possa fazer as vistorias e licenciamentos naquelas obras, para verificar se o responsável técnico está fazendo de acordo. Mas nas unidades unifamiliares, que são justamente aquelas casas que as pessoas constroem nos seus loteamentos, nós devemos aceitar o atesto do engenheiro. O engenheiro deve ser responsável, cível e criminalmente, no caso de uma erosão, no caso de um tombamento, no caso de ruir uma residência daquelas, porque ele é o responsável técnico. E vamos assim desafogar a central de aprovação de projetos e fazer com que haja responsabilidade do engenheiro. Hoje nós temos a modalidade do conformismo. Os engenheiros, ou quem faz, faz um projeto, porque ele tem a certeza de que o Município vai corrigir o seu projeto e vai ali propor as alterações, e vai lá, depois, o engenheiro, ou a empresa, e retifica. Não, nós temos que responsabilizar para que o projeto venha adequado com a responsabilidade do engenheiro que assinar na sua planta, no seu projeto. Assim nós podemos fazer com que as coisas andem melhor em Porto Alegre. Porto Alegre tem que avançar, não podemos mais ficar no passado, meu Presidente. Assim me despeço e obrigado pelo tempo de liderança, e agradeço às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)